

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**TRABALHAR NA MARGEM: ATIVIDADES INFORMAIS DE UTILIZADORES
DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO**

Camila Sofia Rodrigues Pires Oliveira Barros

Junho 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia da
Justiça e Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências
da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo
Professor Doutor *José Luís Fernandes* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizaram-se o ChatGPT e Claude para apoio na tradução e auxílio na reformulação de alguns conteúdos. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Luís Fernandes, pelas inúmeras horas de acompanhamento e paciência. É o exemplo prático de que o ambiente académico não tem de ser, e não deve ser, um poço de ansiedade e seriedade, mas antes um espaço de crescimento e curiosidade.

A todos os participantes deste estudo, o mais sincero obrigada pela abertura, disponibilidade e vulnerabilidade.

A Coimbra e aos seus, por terem sido casa durante os 3 anos da licenciatura em Psicologia.

Às amigas que a faculdade me trouxe, que bom é caminhar ao vosso lado e ver-vos crescer, como futuras psicólogas e pessoas.

Às minhas melhores amigas, é insustentável imaginar qualquer marco na minha vida sem a vossa presença.

Ao João, porque nunca nada foi tão fácil como é a vida contigo.

Ao meu avô, por apoiar incondicionalmente tudo a que me proponho.

À minha avó, a minha pessoa favorita no mundo inteiro.

Ao meu pai, a minha alma gémea, cujo amor e confiança me ensinaram a acreditar em mim mesma.

À minha mãe, o meu porto seguro e a minha companheira de todas as horas.

Resumo

O trabalho ocupa, desde a Revolução Industrial, um lugar central na organização das sociedades modernas, ultrapassando a dimensão estritamente económica e afirmando-se como mecanismo de integração social, reconhecimento e construção identitária. Para pessoas em situação de sem abrigo e com trajetórias de consumo de substâncias psicoativas, as formas de participação no mundo laboral tendem a afastar-se dos modelos convencionais, assumindo configurações diversas, frequentemente marcadas pela precariedade. Estas formas de trabalho, aqui designadas como trabalho informal, são frequentemente desvalorizadas e deslegitimadas, contribuindo para a invisibilização e marginalização de quem delas participa. Não obstante, o trabalho informal assume um papel estruturante no quotidiano destes indivíduos, organizando dimensões como o tempo e as relações sociais. Simultaneamente, permite a construção de sentido de utilidade social e de pertença, desafiando as conceções dominantes que associam esta população à ociosidade.

Adotando uma metodologia qualitativa, recorreu-se à realização de quatro entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de sem abrigo e consumidoras de substâncias psicoativas, privilegiando a diversidade das atividades desenvolvidas e das experiências a elas associadas.

O presente estudo procurou explorar as ocupações e formas de trabalho desenvolvidas por esta população, analisando o seu papel no quotidiano, os significados atribuídos e a articulação com os percursos de consumo. Pretendeu-se compreender de que forma estas ocupações contribuem para a construção de identidades associadas ao trabalho, bem como aceder às representações e interpretações dos próprios participantes. Paralelamente, analisaram-se as dinâmicas quotidianas através de aspetos como a relação com os clientes e as formas de reconhecimento social que delas emergem.

Palavras-chave: Situação de Sem Abrigo; Consumo de Substâncias Psicoativas; Trabalho informal; Identidade Profissional; Ocupação de rua; Exclusão Social; Experiência Vivida.

Abstract

Work has occupied a central role in the organisation of modern societies since the Industrial Revolution, transcending its strictly economic dimension and becoming a mechanism for social integration, recognition and identity formation. For people experiencing homelessness and with histories of substance use, forms of participation in the labour market tend to diverge from conventional models, taking on diverse forms, often marked by precariousness. These forms of work, referred to here as informal work, are frequently devalued and delegitimised, contributing to the invisibility and marginalisation of those involved. Nevertheless, informal work plays a structuring role in the everyday lives of these individuals, organising dimensions such as the use of time and social relations. Simultaneously, it enables the construction of a sense of social usefulness and belonging, challenging dominant conceptions that associate this population with idleness.

Adopting a qualitative methodology, four semi-structured interviews were conducted with individuals experiencing homelessness and substance users, prioritising the diversity of the activities developed and the experiences associated with them.

The present study sought to explore the occupations and forms of work undertaken by this population, examining their role in everyday life, the meanings attributed, and their articulation with the paths of consumption. The aim was to understand how these occupations contribute to the construction of work-related identities, as well as to access participants' own representations and interpretations. In addition, the everyday dynamics that frame these practices were analysed through aspects such as peer relationships and the forms of social recognition that emerge from them.

Keywords: Homelessness; Substance use; Informal work; Professional identity; Street occupations; Social exclusion; Lived experience.

Índice

<i>Introdução</i>	1
<i>Enquadramento Teórico</i>	2
1. A Experiência da Situação de Sem Abrigo	2
2. O Consumo de Substâncias Psicoativas	4
3. Estigma, Othering e Processos de Marginalização Social	5
4. Trabalho, Trabalho Informal e Integração Social	9
<i>Método</i>	11
1. Objeto de estudo, Objetivos e Questões de Investigação	11
2. Metodologia Qualitativa	11
3. Procedimento de Recolha de Dados	12
4. Participantes	12
5. Tratamento e Análise de Dados	13
<i>Apresentação e Discussão de Resultados</i>	14
1. Elementos Biográficos	14
2. Trajetória de consumos	15
2.1. Início dos consumos	15
2.2. Evolução do padrão de consumo	17
3 Circunstâncias e motivações de entrada	19
4. Quotidiano Laboral	19
4.1. Rotinas e Horários	20
4.2. Espaço	21
4.3. Rendimento	23
4.4. Relação com os pares	24
4.5. Relação com os clientes	25
5. Experiência Vivida	26
5.1. Identificação com a atividade	26
5.2. Reconhecimento Social	27
5.3. Estigma e Violência	28
<i>Considerações Finais</i>	30
<i>Referências Bibliográficas</i>	32
<i>Anexos</i>	37
Anexo 1 – Guião de Entrevista (Vigia)	37
Anexo 2 – Guião de Entrevista (Trabalhadora do Sexo)	38

Anexo 3 – Guião de Entrevista (Arrumador de Carros)	39
Anexo 4 – Guião de Entrevista (Artista de Rua)	40
Anexo 5 – Grelha de Análise Temática	41

Introdução

A análise da população em situação de sem abrigo tem vindo a ser progressivamente reconfigurada e aprofundada, ultrapassando uma leitura centrada exclusivamente na ausência de habitação. Esta mudança de perspetiva permitiu compreender o fenómeno como uma condição social complexa e pluridimensional, marcada por dinâmicas específicas e formas de vida próprias. Assim, a situação de sem abrigo deixa de ser entendida apenas como uma problemática habitacional, passando a ser analisada numa lente mais ampla de processos de exclusão social.

Neste enquadramento, torna-se particularmente relevante explorar as múltiplas formas de trabalho e ocupações desenvolvidas no contexto de rua, objeto central da presente investigação. Estas atividades constituem não apenas mecanismos de subsistência, mas também espaços de construção identitária, de atribuição de significados e de estabelecimento de relações. O trabalho, formal ou informal, assume, assim, um papel central e integrador nas experiências de quem dele participa. Paralelamente, pretende-se analisar a relação entre o consumo de substâncias psicoativas e as práticas do trabalho informal, explorando de que forma os consumos influenciam, ou não, a organização e manutenção destas atividades.

É neste campo de análise que se inscreve a presente investigação. Ao centrar-se nas formas de trabalho e ocupação desenvolvidas por pessoas em situação de sem abrigo e que consomem substâncias psicoativas, procura-se compreender de que modo estas atividades estruturam o seu quotidiano e contribuem para a construção de identidades associadas ao trabalho.

Deste modo, no capítulo I será enquadrado teoricamente o objeto de estudo, permitindo contextualizar a problemática e os conceitos em análise. A metodologia adotada será apresentada no capítulo II e no capítulo III serão expostos os resultados obtidos, bem como uma discussão dos mesmos. Por fim, o capítulo IV reúne algumas considerações finais, refletindo sobre o trabalho realizado.

Enquadramento Teórico

1. A Experiência da Situação de Sem Abrigo

Existir sem pertencer constitui uma das formas mais silenciosas de exclusão social. A vida humana estrutura-se em torno de espaços e tempos partilhados e quando essa estrutura se desvanece, como acontece com os indivíduos em situação de sem-abrigo, estes não desaparecem do espaço comum. Em vez disso, passam a habitá-lo de forma totalmente distinta, situando-se nem inteiramente fora, nem inteiramente dentro desta ordem normativa. Desta forma, quanto mais tempo os indivíduos estiverem nesta situação, mais complexa será a sua reintegração social (Menezes, 2012).

Mendel (2011) trabalha a condição de sem-abrigo como uma heterotopia, ou seja, adapta o conceito de Michel Foucault (1966), abordando a sua existência como uma "cidadania nas margens" (Mendel, 2011, p. 156) e o seu lugar no mundo como sendo "fora de todos os lugares", ocupando os denominados "contraespaços" (Foucault, 1966, p.20). Na sua análise de narrativas biográficas, o autor menciona a percepção do tempo vivida pela população em situação de sem-abrigo, percepção que se distancia do tempo "tradicional" e "coletivo" estruturado pela vida social (Pais, 1993) e que dá origem a uma "realidade dual". Esta realidade encontra-se associada a um tempo próprio, percecionado de forma autónoma: fazem parte do mundo comum, mas como se encontram à sua margem, estão para além dele, olham-no à distância. Para Foucault (1966), as heterotopias são frequentemente ligadas a "recortes singulares do tempo" (p. 25) e seria possível classificar sociedades de acordo com as que criam e constituem. Além disto, aborda as heterotopias de desvio, que vêm substituir as heterotopias biológicas como lugares nas margens de uma sociedade, zonas vazias que a circundam, ocupados por indivíduos cujos comportamentos se desviam da média ou da norma socialmente exigida.

Desta forma, assumindo a condição de sem-abrigo como uma heterotopia, somos capazes de compreender como a experiência temporal destes indivíduos se afasta daquela adotada pela população normativa. Pode dizer-se que a percepção do tempo se encontra culturalmente enraizada e, na sociedade moderna, é habitualmente organizada segundo uma lógica baseada em horas, semanas, meses e anos. No estudo longitudinal de Doorn (2010) percebe-se que esta lógica, com o tempo passado na rua, desagrega-se. A noção de unidades de tempo desvanece-se à medida que estes indivíduos se afastam das principais instituições e perdem todos os pontos de referência para medir a passagem do tempo, passando a adotar um horário próprio e a pertencer à "realidade dual" mencionada

anteriormente. Paralelamente, ou consequentemente, a orientação para o futuro passa para segundo plano e adotam uma perspectiva focada no "aqui e agora". Esta perspectiva assume uma função adaptativa, permitindo lidar com a incerteza do futuro e a frustração de planos não concretizados. Para além disto, tendem também a procurar a satisfação imediata das necessidades, alinhado com uma orientação temporal focada no curto prazo.

Além da percepção temporal, torna-se incontornável a análise da relação desta população com o espaço, em particular com o espaço público. Doorn (2010) destaca a inexistência de uma esfera privada associada ao lar e as implicações que tal acarreta para os indivíduos que vivem na rua, uma vez que passam a depender exclusivamente do espaço público para a realização de atividades habitualmente reservadas à esfera privada. O autor sublinha algumas diferenças centrais na percepção do espaço, de entre as quais a ausência de delimitação do espaço público (não existem paredes), a impossibilidade de experienciar solidão ou isolamento, e a inacessibilidade ao privado, todo o comportamento é público e estão constantemente sujeitos a regras e condutas elaboradas por outros. O único território cujos direitos de propriedade pertencem inequivocamente e indiscutivelmente às pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo é o seu próprio corpo (Doorn, 2010). A privação de espaços de intimidade compromete o sentido de individualidade ("personhood") (Bento & Barreto, 2002) e coloca o indivíduo numa condição de permanente luta pela sobrevivência. Adicionalmente, a perda de espaços de referência assume particular relevância na manutenção da memória e, consequentemente, da identidade. Como refere Maria Fernandes (2006), a memória preserva-se e desenvolve-se através das interações sociais, sendo pela memória coletiva que os acontecimentos adquirem significado e contribuem para o sentimento de pertença, tanto individual como coletivo. Assim, a inexistência de um espaço comum dificulta as habituais interações sociais, fragilizando a consolidação deste processo.

Neste sentido, as adaptações temporais e espaciais configuram-se, simultaneamente, como estratégias de sobrevivência e como mecanismos de perpetuação da situação de sem-abrigo. Embora facilitem a gestão e organização do quotidiano em contextos de vulnerabilidade e cumpram uma função adaptativa na rua, estas estratégias tendem a dificultar os processos de reintegração social, na medida em que se revelam incompatíveis com as exigências normativas das sociedades contemporâneas (Doorn, 2010).

Durante os últimos anos, a presença destes indivíduos nos espaços públicos tem se vindo a tornar cada vez mais normalizada e ignorada, uma "borradela na estética das

cidades” (Pais, 2006, p. 26) que contrasta largamente com o meio onde se apresenta (Costa, 1998). Evita-se o contacto visual e tende a negar-se atenção à sua presença. A situação de sem-abrigo é um fenómeno complexo e multicausal que não acarreta apenas a perda ou a ausência de alojamento; representa o final de um processo de sucessivas ruturas com os vários sistemas sociais básicos (Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Somerville, 2013).

João Aldeia (2012) aborda a necessidade de criar políticas que integrem a multiplicidade e complexidade do fenómeno, adequando a intervenção aos indivíduos que dela devem beneficiar e deixando de lado as políticas direccionadas a um “sujeito abstrato produzido como real” (p. 140).

2. O Consumo de Substâncias Psicoativas

Tentar definir uma coisa ou um grupo nunca é tão simples como inicialmente aparenta ser. Tentar definir o fenómeno “droga” é tentar encaixilhar um mundo e um conjunto de intervenientes que estão, habitualmente, fora do loop normativo. Não deixando de abordar as suas características farmacológicas, Oriol Romaní (2008) realçou a componente psicossocial do uso de substâncias, afirmando que as suas consequências e significados são o produto das diferentes definições sociais, culturais, económicas e políticas, específicas do contexto e do momento histórico em que se encontram. Com isto, mostra que não podemos separar a substância do consumidor ou do local onde se insere: é diferente consumir e ser consumidor no Porto ou em Lisboa, em Portugal ou Espanha, na Europa ou na América.

É precisamente neste processo de construção social que a linguagem assume um papel central: é um elemento crítico na definição social, sendo o principal criador dos mundos sociais e não uma ferramenta para descrever a realidade objetiva (Edelman, 1988). Um estudo conduzido por Socia et al. (2021) demonstrou, por meio do enquadramento de equivalência (“*equivalency framing*”), que a linguagem exerce um papel determinante na formação da opinião pública. No contexto das salas de consumo assistido, os autores mostraram que a utilização de designações centradas na prevenção de overdoses, em detrimento de termos que enfatizam o consumo ou a injeção por si só, aumentam o apoio público. À luz destes resultados, torna-se evidente que os meios de comunicação dispõem de capacidade e poder para moldar perceções e significados,

modificando a forma como abordam certas temáticas como o consumo de substâncias e a população em situação de sem-abrigo.

Em 2000, Artur Valentim conduziu um estudo com o objetivo de analisar as representações sociais da droga entre párocos e médicos. Embora o estudo não seja recente, importa salientar que, à época, ambos os grupos partilhavam representações semelhantes, com um espaço semântico comum constituído por termos como “doença”, “morte”, “dependência” e “delinquência”. Isto demonstra a forma como os discursos sociais se cristalizam, de maneiras semelhantes, em diferentes grupos e atores sociais.

O campo das drogas tem sido historicamente enquadrado por um discurso reducionista que ativamente limita a produção, a circulação e o desenvolvimento do conhecimento. Este discurso é mantido por uma errada representação dos media e por políticas alimentadas pela ansiedade e o mito (Taylor, 2016). Parece impossível, neste contexto, prestar atenção ao “uso” de substâncias quando tudo o que nos chega passa pelo seu “abuso” (Valentim, 2000). Dito isto, importa salientar que todo o tipo de pessoas consome substâncias psicoativas, que os padrões dominantes de consumo correspondem a usos recreativos e não problemáticos, e que a maioria dos utilizadores mantém uma vida funcional e normativa paralelamente ao consumo (Taylor, 2016). Ademais, nem todas as substâncias psicoativas são socialmente enquadradas da mesma forma que a droga, como é o caso do álcool, amplamente normalizado tanto no plano social como legal, derivado de interesses económicos/políticos e de processos de legitimação social. Como afirma Fernandes (1997), a droga só existe enquanto “problema” a partir do momento em que é uma entidade codificada culturalmente e que lhe pertencem constelações simbólicas próprias. O conceito de dependência é produzido socialmente e incorporado institucionalmente (Valentim, 2000).

3. Estigma, Othering e Processos de Marginalização Social

O termo "estigma" surge na Grécia Antiga para se referir a indivíduos alienados pela sociedade e que eram fisicamente marcados (através de cortes ou queimaduras) para que fossem facilmente identificáveis, como era o caso de escravos e criminosos. Para Goffman (1963), o estigma é um atributo que reduz o indivíduo “de uma pessoa inteira e comum, a uma pessoa manchada” (p. 3) e que cria uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real. Além disto, representa uma “diferença indesejada” e é altamente desacreditador e desvalorizador. Este conceito emerge das rotinas de

interação social e da necessidade de antecipar categorias e atributos aquando do primeiro contacto: construímos a "identidade social" de um indivíduo, que integra atributos pessoais e estruturais, sem grande atenção ou reflexão. Estas antecipações transformam-se, frequentemente, em expectativas normativas. O compartilhamento deste conjunto único de expectativas é condição necessária para a vida em sociedade e para a manutenção do indivíduo na esfera social. Mais tarde, este conceito foi expandido de forma a incluir o “estigma estrutural”, ou seja, a desvalorização sistemática de certos conjuntos de indivíduos em contextos institucionais (Muncan et al., 2020).

Existem vários tipos de estigma e diversas interações entre si, desde logo, o “estigma antecipado”, ou seja, a expectativa e a antecipação de algum tipo de discriminação ou preconceito (Muncan et al., 2020). As normas culturais e os estereótipos que incidem negativamente sobre um determinado grupo são designados por “estigma público”. Por sua vez, a crença, por parte dos indivíduos ou grupos com uma identidade estigmatizada, de que a sociedade lhes atribui estes estereótipos denomina-se “estigma percebido/sentido” (Paquette et al., 2018). Por fim, o “estigma internalizado” corresponde à interiorização e aceitação das atribuições estigmatizantes, processo este que resulta numa autodesvalorização do próprio indivíduo (Muncan et al., 2020).

Estes diferentes tipos de estigma não emergem de forma isolada, sendo frequentemente produzidos e reproduzidos através de processos sociais de exclusão e diferenciação. O processo de “*othering*” (Riggins, 1997) consiste numa prática organizacional que cria e perpetua a desigualdade social, afirmando a diferença como déficit (Singer & Page, 2014). Através da afirmação e valorização do “meu” grupo em detrimento do grupo do “outro”, identificam-se e marginalizam-se determinados conjuntos de pessoas, ignorando o individual pelo coletivo estigmatizado. No contexto do consumo de substâncias, este processo não se verifica apenas sobre os sujeitos, mas estende-se, igualmente, a determinados tipos de substâncias e a determinados tipos de territórios (Pinto & Gonçalves, 2000), que passam a ser alvo de processos semelhantes de hierarquização e estigmatização (Taylor, 2016).

No campo do consumo de substâncias, este processo manifesta-se de forma particularmente evidente no que Fernandes (2011) designa como “pensamento coisista”: um modo de apreender o mundo das drogas que reifica as representações dominantes do senso comum, assumindo-as como naturais e inquestionáveis. Incapaz de reconhecer o carácter construído destas representações, uniformiza e agrega, abordando a “droga” como

um todo em vez das múltiplas substâncias, legais e ilegais, existentes, e o “toxicodependente” em vez das variadas formas de relação que os indivíduos assumem com as mesmas. Reduz-se o universo do consumo e das substâncias a uma única interação e forma, a da dependência, e ignora-se a heterogeneidade dos contextos e trajetórias. Trata-se de uma desconsideração quase total dos padrões dominantes de consumo (controlados, experimentais e/ou ocasionais) e, em contrapartida, uma exacerbação dos consumos problemáticos de substâncias, apesar destes representarem uma minoria. Esta crítica ao “pensamento coisista” vai de encontro ao aviso deixado por Wacquant (2008) sobre ter atenção aos discursos que, “sob pretexto de descrever a marginalidade, contribuem para moldá-la, organizando a sua percepção coletiva e o seu tratamento político” (p.8). Esta lógica assenta numa distinção marcada entre a normatividade e a marginalidade, processo assumido como simples e fixo, mas que, na verdade, é sempre relacional: um atributo que estigmatiza um indivíduo pode, simultaneamente, confirmar a normatividade de outro, não sendo, por isso, intrinsecamente credível (Goffman, 1963).

Dentro desta linha, e ao canalizar um amplo espectro de uso de substâncias a um pequeno grupo restrito, a tendência é enquadrar o consumo como uma prática marginal, associada à condição de “outsider” e ligada, quase invariavelmente, à adição e ao desespero (Taylor, 2016). Este processo de homogeneização contribui para a construção de grupos socialmente invisíveis e ignorados. É neste enquadramento que surge o conceito de “populações ocultas”, entendido como uma parte da população de difícil localização e acesso, criadas por processos de estigmatização (Romaní, 1997) e que tendem a permanecer à margem ou ausentes dos sistemas formais de serviços (Fernandes e Carvalho, 2000).

A questão que se coloca, então, é o que significa, em termos sociológicos, ser remetido para essa margem. O que de facto constitui a “margem social” e ser relegada para a mesma? Para Stefan Czarnowski (2016) resume-se à inexistência de um estatuto social claro e à percepção de inutilidade social destes indivíduos, inutilidade que passa pela ausência da produção de bens materiais ou intelectuais. Estes indivíduos contribuem para a manutenção dos sistemas económicos e políticos estabelecidos, ultrapassando a noção de lumpoproletariado, termo marxista utilizado para designar os estratos mais marginalizados da classe trabalhadora, como indivíduos envolvidos em atividades ilícitas ou em situação de sem-abrigo. Esta categoria abrange ainda indivíduos socialmente

normativos que, por uma multiplicidade de motivos, não são capazes de encontrar lugar na estrutura social (Van der Linden, 2016).

Neste enquadramento, passa-se de uma lógica vertical "up or down" para uma lógica horizontal "in or out", onde o indivíduo se encontra no centro ou na periferia de uma sociedade (Bento & Barreto, 2002). Esta deslocação forçada para as margens da sociedade manifesta-se nas formas contemporâneas de pobreza e exclusão social, marcadas, segundo Fernandes (2015), pela ausência de vínculos e relações sociais significativas. Simbolicamente, esta condição é expressa pelo prefixo “sem”, que remete para a perda de recursos fundamentais como poder, habitação e documentação. Trata-se de um “espetáculo da desafiliação, da deambulação pela cidade impessoal e imensa, da deriva de sítio em sítio sempre à margem dos lugares” (p. 3).

Neste contexto de desafiliação, o discurso social tende a reforçar o “dentro” e o “fora”, associando a pobreza à criminalidade e contribuindo para o reforço de processos de exclusão e de reprodução de estigma. O medo sentido emerge como uma expressão do desconhecido, materializando receios coletivos e refletindo as transformações sociais contemporâneas. A relação entre criminalidade e sentimento de insegurança não é linear nem causal; pelo contrário, é alimentada por uma hiper representação mediática do risco que tende a generalizar a figura do medo como o “Outro”, eliminando diferenças individuais e potenciando processos de exclusão social (Matias & Fernandes, 2009).

O estigma é frequentemente utilizado como mecanismo de dissuasão de comportamentos considerados problemáticos, como o consumo de substâncias, tendo como consequência a marginalização e a desvalorização dos grupos sociais associados a estes comportamentos (Livingston et al., 2012). O estigma associado ao consumo de substâncias está relacionado com a partilha de seringas e comportamentos sexuais de risco (Muncan et al., 2020), assim como a um aumento da probabilidade de recaída e uma barreira significativa no envolvimento e adesão ao tratamento (Paquette et al., 2018). No que respeita ao envolvimento com os serviços de saúde, os indivíduos que consomem substâncias tendem, devido a barreiras socioeconómicas e estruturais, a evitar estes cuidados, fenómeno frequentemente associado ao estigma antecipado (Muncan et al., 2020) e a sentimentos de frustração. Hardill (2019) analisou a prestação de cuidados inadequados e a ocorrência de diagnósticos incorretos a que estes indivíduos são frequentemente sujeitos nos contextos hospitalares e de saúde, abordando igualmente a questão da formação necessária para intervir junto deste público. Em particular, o autor

destaca a situação dos profissionais de enfermagem, salientando que muitos referem não dispor de formação adequada e suficiente para trabalhar com pessoas que consomem substâncias.

4. Trabalho, Trabalho Informal e Integração Social

Com a Revolução Industrial, a norma do trabalho adquiriu o estatuto político e normativo de principal fator de integração, estruturação e organização social, funcionando simultaneamente como um mecanismo de produção de desigualdades e de marginalização social (Silvestre & Fernandes, 2014). A ausência deste fator na vida de um indivíduo em idade ativa e numa sociedade onde o ócio é tido como um ato antissocial, constitui um desafio à ética dominante do trabalho e individualismo, e está na base da criação de termos como “vadio”, “mendigo” e “vagabundo” (Bento & Barreto, 2002). Isto reflete a centralidade que o trabalho possui na civilização moderna e o seu estabelecimento como o grande integrador social (Menezes, 2008).

Algumas estratégias adotadas por pessoas em situação de sem-abrigo passam pela gestão ativa e navegação dos recursos disponíveis no seu contexto, desde instituições sociais e serviços especializados (como a Sala de Consumo Assistido), até às redes informais de ajuda. Além disto, passa também pela participação em formas de trabalho informal, assegurando, deste modo, os meios de subsistência necessários e permitindo preservar uma identidade valorizadora associada ao trabalho. Neste contexto, o trabalho assalariado tende a ser desvalorizado e recusado, sendo substituído pela procura de obtenção do lucro imediato, em consonância com a valorização e primazia do “aqui e agora” desta população (Garnier-Muller, 2000).

O trabalho informal pode ser entendido como um conjunto de atividades que, apesar de socialmente desvalorizadas ou frequentemente associadas a comportamentos desviantes, assumem um papel central e estruturador na vida de indivíduos em situação de sem-abrigo (Fernandes & Araújo, 2012). Assim, o trabalho informal engloba uma grande variedade de atividades, desde a participação em economias informais, como o tráfico de substâncias ou a arrumação de carros, até à integração no trabalho sexual e à mobilização das artes de rua como forma de expressão e subsistência. Estas atividades podem, efetivamente, ser concetualizadas como formas de trabalho na medida em que, além de se revelarem um fator de integração social e económica, oferecem um serviço e

pressupõem a existência de regras, códigos de conduta e práticas que revelam uma ética de trabalho (Fernandes, 2015).

Não obstante o papel estruturador do trabalho, importa considerar que a sua função integradora se encontra atualmente fragilizada. Wacquant (2008) instituiu o conceito de “marginalidade avançada” para descrever uma nova modalidade de pobreza que emerge no contexto pós-fordista. Desta forma, descreve a marginalidade contemporânea como estruturalmente dissociada dos ciclos económicos nacionais e que assenta numa precarização crescente do trabalho assalariado, que perde a sua função integradora e converte-se numa fonte de instabilidade e insegurança. Bento & Barreto (2002) assumem uma dissociação da associação entre trabalho e alojamento, uma vez que rendimentos como os salários, reformas ou subsídios não garantem, atualmente, o acesso a condições habitacionais dignas. A fragilização do vínculo entre trabalho e integração social torna-se particularmente evidente quando abordamos o trabalho informal exercido pela população sem-abrigo: apesar de estruturar e organizar a vida destes indivíduos, não é reconhecido socialmente como 'trabalho' e é desvalorizado por se encontrar "fora do sistema" (Mendel, 2011).

Método

1. Objeto de estudo, Objetivos e Questões de Investigação

O objeto de estudo da presente investigação centra-se nas ocupações e formas de trabalho desenvolvidas no contexto de rua por pessoas em situação de sem-abrigo e consumidoras de substâncias psicoativas. Para tal, propõe-se a 1) Compreender o papel que diferentes formas de trabalho ou ocupações de rua desempenham no quotidiano de pessoas em situação de sem-abrigo; 2) Analisar de que forma estas atividades se articulam ou moldam aos percursos do consumo de substâncias; 3) Explorar os significados atribuídos pelos próprios indivíduos a estas ocupações, nomeadamente no que diz respeito à construção de uma identidade profissional e à valorização do trabalho informal. Deste modo, procurou-se responder às seguintes questões de investigação:

1. Que lugar ocupam as diferentes formas de trabalho no quotidiano de pessoas em situação de sem-abrigo?
2. De que forma estas atividades se articulam com os percursos do consumo de substâncias?
3. Que significados e funções são atribuídos pelos próprios indivíduos a estas ocupações?

2. Metodologia Qualitativa

Para alcançar os objetivos delineados foi adotada a metodologia qualitativa, escolha fundamentada na natureza do objeto de estudo e na complexidade dos indivíduos e ambientes que participariam nele. Esta abordagem viabiliza o acesso a um universo de significados, experiências e valores, orientando-se para uma "realidade que não pode ser quantificada" e para fenómenos que não podem ser "reduzidos à operacionalização de variáveis" (Spindola & Santos, 2003, p. 120).

Para Fernando Rey (1997), a investigação qualitativa é um processo dinâmico e contínuo em que todos os participantes contribuem ativamente para a construção do conhecimento, incluindo o investigador. Trata-se de aceder a uma realidade que é “criada de forma interativa” e que “adquire significado subjetivamente” (Flick et al., 2004, p.7). Esta metodologia diferencia-se pela sua abertura e flexibilidade, procurando descrever o mundo social dos indivíduos “a partir de dentro” (Flick et al., 2004, p.3).

3. Procedimento de Recolha de Dados

Nesta investigação optou-se por recorrer à entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de dados. Este tipo de entrevista situa-se entre o modelo mais e menos estruturado, permitindo conciliar uma entrevista orientada pelo investigador com a flexibilidade necessária para explorar questões que surjam espontaneamente durante a entrevista e que contribuam para uma compreensão mais aprofundada do fenómeno em estudo (Lombardi et al., 2021). Neste contexto, a entrevista ultrapassa a função de mera técnica de recolha de dados, adquirindo sentido como processo e não pelas questões previamente elaboradas (Rey, 1997). Embora semelhantes, foram elaborados quatro guiões distintos para as entrevistas realizadas (cf. Anexo 1, Anexo 2, Anexo 3 e Anexo 4). Todos os guiões foram organizados em quatro grandes tópicos: os dados sociodemográficos, o percurso de vida no contexto de rua e dos consumos, o trabalho informal e um conjunto de questões comuns a todos os participantes.

Deste modo, foram realizadas quatro entrevistas, cujas durações variaram em função das características individuais dos participantes. Duas das entrevistas decorreram num gabinete da IPSS onde foi possível estabelecer contacto prévio com os participantes e desenvolver uma relação de confiança. Uma terceira entrevista foi realizada na Sala de Consumo Assistido do Porto por questões de conveniência e compatibilidade de horários do participante. A quarta entrevista teve lugar no local de trabalho de um dos participantes, de forma a evitar que a sua colaboração neste estudo implicasse a interrupção da atividade profissional e, consequentemente, perdas financeiras. Procedeu-se, com a autorização prévia dos participantes e em todos os momentos de recolha de dados, à gravação do áudio das entrevistas para posterior transcrição e análise.

4. Participantes

O grupo-alvo deste estudo foi constituído por indivíduos em situação de sem abrigo e consumidores de substâncias psicoativas que participaram ou ainda participavam em formas de trabalho informal no contexto de rua. A seleção dos participantes foi realizada em colaboração com os profissionais da IPSS anteriormente mencionada, procurando incluir indivíduos representativos de diferentes formas de trabalho informal. Desta forma, foi possível selecionar um arrumador de carros, um vigia (envolvido no tráfico de droga), uma trabalhadora sexual e um artista de rua.

O grupo ficou constituído por quatro participantes, três do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 40 e os 55 anos. Relativamente às habilitações literárias dos participantes, verificou-se que um dos indivíduos concluiu o 12.º ano de escolaridade, dois possuíam o 9.º ano e um tinha concluído o 6.º ano de escolaridade.

5. Tratamento e Análise de Dados

A análise dos dados recolhidos foi realizada através da análise temática, método que permite identificar, organizar e relatar padrões de significado presentes nos dados (Braun & Clarke, 2008), num esforço de articular “o rigor da objetividade” com a “fecundidade da subjetividade” (Castro et al., 2011, p. 816). Para Bardin (2011), trata-se de “descobrir os núcleos de sentido” (p. 135) e de ir além da aparente desorganização temática resultante dos dados das entrevistas.

Antes da realização da análise temática propriamente dita, mas já incluída nesta, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas, previamente gravadas com autorização dos participantes, de forma a facilitar uma análise posterior dos dados recolhidos. Apesar de demoroso, este processo é essencial para a familiarização com o conteúdo e contribui significativamente para o bom funcionamento das restantes etapas (Braun & Clarke, 2008). Uma vez concluída esta fase, partiu-se para a codificação do material, ou seja, o recorte, a classificação e a agregação em categorias dos dados brutos do texto (Bardin, 2011). Mais tarde, estes códigos foram agrupados em potenciais temas amplos e significativos para a investigação numa grelha de análise temática (cf. Anexo 5).

Apresentação e Discussão de Resultados

1. Elementos Biográficos

Os elementos biográficos dos participantes revelam trajetórias de vida marcadas por instabilidade, ruturas e longas trajetórias de consumo, ainda que com contornos distintos entre si e percursos muito próprios.

No que diz respeito à situação habitacional, todos se encontram em situação de sem abrigo, mas nem todos se encontram em situação de sem teto. Considera-se uma pessoa em situação de sem abrigo qualquer que se encontre em situação de sem teto, ou seja, quando habitam o espaço público, abrigos de emergência ou locais precários, ou quando se encontram em situação de sem casa, isto é, quando estão inseridos em alojamentos temporários (ENIPSSA, 2018). O arrumador encontra-se em situação de sem teto há dois anos, na sequência de uma separação, partilhando uma habitação precária (casa abandonada) com uma colega. O artista de rua encontra-se na mesma situação, não conseguindo precisar o seu início e apresentando-se muito confuso em relação à linha temporal. Este aspeto assume-se congruente com o estudo de Doorn (2010), que aborda uma perceção do tempo suspensa: *“Não tenho noção do tempo, passa-me um bocado ao lado. Se foi há uma semana atrás, se calhar ainda me lembro de qualquer coisa, a partir daí para trás não.”*. A trabalhadora sexual encontra-se atualmente num centro de alojamento temporário e afirma que *“nunca viveu propriamente na rua”*, exceto quando passou três meses numa tenda, descrevendo esta experiência como profundamente traumática: *“É horrível estar na rua... foi mesmo... é uma experiência muito traumática. Muito mesmo.”*. O vigia, de forma semelhante, encontra-se alojado num centro de acolhimento temporário há aproximadamente meio ano, estando em situação de sem abrigo desde 2015 quando veio em definitivo para o Porto.

As trajetórias profissionais anteriores ao trabalho informal estão presentes nos relatos e, em alguns casos, parecem ter sido uma grande fonte de estrutura na vida dos entrevistados. O artista de rua trabalhou, durante alguns anos como motorista numa empresa de transporte de passageiros privada, tendo progressivamente abandonado a vida profissional em favor de atividades ligadas ao tráfico de droga. O vigia aborda a sua experiência na Marinha, com 18 anos, e refere com arrependimento que a sua vida poderia ter sido muito diferente caso tivesse permanecido na mesma: *“Escolhi ir para a Marinha. Estou arrependido de não ter ficado lá. A minha vida podia ter sido muito diferente, mas já estava destinado assim.”*. O arrumador menciona que, anteriormente ao divórcio,

trabalhava na construção civil e acabou por perder o emprego por falta de condições de se apresentar no mesmo.

O contacto com o sistema prisional é também um elemento central na trajetória de pelo menos dois participantes: o vigia e o artista de rua. O percurso do primeiro foi particularmente marcado por isto, tendo acumulado aproximadamente 20 anos de reclusão ao longo da sua vida, distribuídos por diferentes períodos e em diferentes estabelecimentos prisionais (Guimarães, Izeda, Paços de Ferreira e Custóias): *"Praticamente foi meia vida. Vinte e poucos anos."* O artista de rua cumpriu igualmente penas em diferentes momentos da sua vida, tendo sido detido pela primeira vez aos 26 anos no Estabelecimento Prisional de Custóias, contexto onde iniciou o consumo de heroína.

As perdas afetivas e ruturas surgem como acontecimentos de vida que impactaram diretamente a trajetória de consumo de vários participantes. Em relação ao artista de rua, a morte do pai em 2011 e da mãe em 2012 desencadearam um período de grande desorganização, marcado pela intensificação do consumo de álcool e pela rutura conjugal. O arrumador associa a sua situação atual à separação conjugal e consequente perda de emprego.

Dois dos quatro participantes têm filhos com os quais mantêm contacto, ainda que de forma irregular.

2. Trajetória de Consumos

A análise das entrevistas permitiu identificar dimensões relevantes da trajetória de consumo dos participantes. Esta categoria considera as motivações, mudanças, continuidades e fatores associados ao início e à evolução desses consumos.

2.1. Início dos Consumos

Os discursos relativos ao início do consumo de substâncias psicoativas revelam padrões comuns, como a influência do grupo de pares, uma condição consistente e transversal a todos os relatos. Em todos os casos, o primeiro consumo surge mediado por uma relação social, seja ela com amigos, colegas de trabalho ou conhecidos. Esta dimensão relacional ajuda a compreender o ato do consumo como símbolo de pertença e de integração social. A idade de início situa-se na adolescência, entre os 16 e os 17 anos, uma fase de desenvolvimento muito marcada pela valorização da aprovação do grupo e

do sentido de pertença (Cardoso & Malbergier, 2014), pela procura de novas experiências e sensações, e por uma maior predisposição para assumir riscos e desvalorizar as consequências em detrimento de resultados imediatos (DuPont, 1987). Outro elemento transversal a vários relatos é a curiosidade enquanto motivação central para o primeiro consumo (Neto et al., 2012): *“Tinha curiosidade, via os outros a consumirem, gostava de saber como é que era, maldita hora que eu quis saber.”*.

Relativamente ao tipo de substância e padrão de consumo, verificam-se diferenças mais marcadas. Tanto o arrumador como o artista de rua iniciaram o seu percurso de consumo com a canábis, ambos aos 17 anos. Trata-se de um dado consistente com a realidade nacional, uma vez que a canábis se constitui como a substância ilícita mais consumida em Portugal, apresentando prevalência mais elevada na faixa etária dos 15 aos 34 anos e predominância no sexo masculino (Carapinha, 2025).

O vigia, cujo início dos consumos ocorreu aos 16 anos com heroína, insere-se numa geração que marcou profundamente o panorama do consumo de drogas em Portugal. Foi precisamente no final da década de 70 e início da década de 80 que a problemática das drogas começou a ganhar visibilidade no país, fruto de profundas transformações sociais e económicas desencadeadas pelo fim da ditadura e da guerra colonial (Domosławski, 2011; Rêgo et al., 2021). O entrevistado relata uma primeira experiência marcada pela inexperiência e falta de conhecimento: *“E depois era uma nota enrolada, em forma de tubo... disseram ‘agora pega e puxa aí’. Eu pensava que era como nos filmes, metia no nariz. (...) Não era. Era meter na boca e puxar. Agora meti no nariz e (som de inalar), puxei o fumo... deu-me logo tosse e tudo.”*. Esta inexperiência é igualmente perceptível no relato da primeira experiência de consumo da trabalhadora sexual, que ocorreu por via endovenosa e envolveu buprex, um medicamento analgésico pertencente à classe dos opióides, cujo princípio ativo é a buprenorfina. Quando questionada sobre o motivo pelo qual havia iniciado o consumo diretamente por via endovenosa, respondeu evidenciando a normalização deste padrão de consumo na década de 80: *“Na altura era o que se via. (...) Era tudo para cheiro ou para picar.”*.

Importa igualmente destacar a nitidez e a riqueza de detalhes com que estas experiências são narradas, apontando para as mesmas como momentos de grande intensidade que continuam fortemente presentes na memória destes indivíduos. As referências ao ambiente (*“Foi ela que nos preparou as coisas e tudo, ao som de Pink Floyd.”*; *“Chamaram-me à casa de banho da fábrica para experimentar.”*; *“Como se*

fosse hoje.”) ilustram de forma clara como estas vivências ficaram associadas a espaços e emoções específicos.

Compreende-se, assim, que nenhuma das primeiras experiências de consumo resultou de uma decisão ponderada e informada, mas antes de um processo de imitação de comportamentos observados e de um desejo de integração e pertença social. Em todos os casos, a primeira experiência de consumo é descrita como o início de uma trajetória que se foi progressivamente intensificando, aspecto que será aprofundado na secção seguinte.

2.2. Evolução do Padrão de Consumo

Os relatos revelam trajetórias de consumo marcadas por uma progressão, tanto no que respeita às substâncias consumidas como às vias de administração e aos níveis de dependência.

Primeiramente, deve ser abordado o policonsumo como padrão transversal entre todos os entrevistados. Entende-se por policonsumo o uso de duas ou mais drogas em simultâneo ou num curto espaço de tempo (U.S. Centers for Disease Control and Prevention, 2024). Embora todos os participantes tenham iniciado o seu percurso com uma única substância, a trajetória aponta consistentemente para uma escalada que culmina neste padrão e se manifesta em diversas combinações: heroína e cocaína, álcool com heroína ou cocaína, crack com canábis. A canábis surge, em particular, como uma substância calmante e facilitadora do afastamento de outras substâncias: *"Comecei a tomar mais haxixe e estou a deixar a branca para o lado. O haxixe faz-me esquecer a branca."*

Nesta linha, a qualidade das substâncias constitui um tema recorrente nos relatos dos participantes com trajetórias de consumo mais longas, que descrevem uma deterioração significativa face ao passado, associada à adulteração dos produtos, isto é, à adição de substâncias que diluem, complementam ou potenciam os efeitos das drogas (Jones et al., 2010). A presença de adulterantes representa um fator de risco acrescido, na medida em que pode expor os indivíduos a substâncias que não tencionavam consumir (Rose et al., 2023), dificultar as intervenções médicas e intensificar a toxicidade (Rocha et al., 2025). Esta perda de qualidade percebida contribui, por sua vez, para padrões de consumo mais frequentes e menos controláveis: *"Metem-lhe serenal, metem-lhe pilula, metem-lhe brufen, metem-lhe todo tipo de medicação."*; *"Fumo agora, daqui a um quarto*

de hora já estou a fumar outra vez.”; “As drogas não são como antes. Tem muita mistura que eu não sei o que estou a fumar e fico todo lixado.”.

Outro aspeto relevante na evolução do padrão de consumo é a escalada da via de administração, traduzida na transição do consumo fumado para o injetado. Esta progressão surge não como uma opção ponderada, mas como resposta às exigências de um corpo dependente e à tolerância desenvolvida: *“Depois já era injetado também, fumar já não matava a ressaca. Tinha que ser injetado, que era mais...”*; *“Tinha os pés tão inchados de consumir, de injetar, eu injetei no corpo todo: nas virilhas, nas pernas, nos pés tentei duas vezes e não consegui, a pele é muito sensível e não conseguia. Então era braços, era pescoço, era tudo... Eu picava no pescoço a mim próprio, no desespero.”*. É perceptível, nos participantes que recorreram à via injetada ao longo da sua trajetória, que ambos abandonaram esta prática e que não tencionam retomá-la: *“Nunca mais, nunca mais. Tive três overdoses seguidas aqui no ano passado de medicação e droga.”*; *“Não quero. Até me arrepio de pensar nisto.”*.

Na análise dos relatos percebe-se também que vários incluem períodos de abstinência ou redução significativa do consumo, frequentemente associados a acontecimentos de vida estruturantes, como a gravidez, o cumprimento de pena e programas de substituição opiácea. É interessante perceber como o estabelecimento prisional se configura como fator de risco para o artista de rua, que iniciou o seu consumo de heroína dentro do mesmo (*“Estava preso para aí há dois anos e ainda me faltavam mais dois. (...) Há um dia em que não há haxixe e comecei a fumar heroína.”*), e como fator de proteção para o vigia, que aproveitou os períodos em que esteve privado da sua liberdade como espaço de abstinência. O maior período de abstinência registado pertence à trabalhadora sexual, que interrompeu os consumos durante 16 anos na sequência da gravidez da filha: *“Tive dezasseis anos sem consumir, depois tive a recaída.”*. Esta “recaída” surge como um elemento quase invariável em todos os relatos, desencadeada por perdas afetivas ou reintegrações em contextos de consumo: *“O meu pai morreu. Bati mal, meti-me no álcool.”*. A ausência de ocupação e o aborrecimento surgem igualmente como fator de manutenção do mesmo: *“Por que é que eu não largo? Eu não tenho nada para fazer.”*.

3. Circunstâncias e Motivações de Entrada

As circunstâncias e motivações de entrada no trabalho informal destes entrevistados são pluridimensionais, no entanto, é possível associá-las a duas condições: a trajetória do consumo de substâncias e a situação de sem abrigo.

O consumo de substâncias emerge como um dos principais motores de entrada na atividade, principalmente nos relatos da trabalhadora sexual e do vigia. No caso da primeira, a entrada no seu contexto de trabalho inicial, as boates, é reconhecida, ainda que não exclusivamente, como uma estratégia para sustentar os seus consumos (*“Para sustentar o meu vício e a minha vida, as minhas coisas.”*), assumindo-a como uma escolha ponderada e assente numa lógica de independência: *“Sempre fui independente, nunca dependi de ninguém, muito menos de homens.”*. No caso do vigia esta associação é ainda mais explícita; aquando do rápido esgotamento dos recursos económicos, o trabalho no tráfico surgiu como resposta natural e imediata: *“Depois voltava para os consumos e acabava por ir trabalhar para eles para poder ter para consumir. Era melhor do que estar a roubar, não é?”*. Em conclusão, a necessidade do trabalho é gerada pelo consumo de substâncias, numa dinâmica que se vai aprofundando ao longo do tempo.

Em relação ao arrumador e ao artista de rua, a entrada na atividade é ligeiramente mais ambígua; para o primeiro, o trabalho aparece como resposta imediata a uma situação de insuficiência económica associada à situação de sem abrigo: *“Como estava aqui assim tinha que ter dinheiro, comecei aqui nos parques a arrumar.”*. Para o artista, o começo da sua atividade na rua é inspirado por um conhecido que o fazia (*“Que fixe e o caralho... foi um despertar para uma cena, tipo, se um dia estiver fodido, vou fazer isto.”*) e advém de um período em que o tráfico estava comprometido pela presença policial: *“Amanhã nem venho para aqui, agora vou para a rua de Santa Catarina e vou ver, vou tocar.”*. Em ambos os casos, a entrada no trabalho informal não resulta de algo planeado, mas de uma resposta adaptativa às circunstâncias em que se encontravam.

4. Quotidiano Laboral

A representação social dos indivíduos em situação de sem abrigo tem sido historicamente marcada por uma associação à “preguiça” e à ociosidade. Esta associação baseia-se, em grande parte, numa suposta rejeição de trabalho, encarando esta população como “maus pobres”: cidadãos amorais (ou imorais) indignos de respeito ou apoio social

(Aldeia, 2014). Esta leitura ignora, no entanto, os processos estruturais que mantêm estes indivíduos afastados do mercado de trabalho formal e a consequente emergência de formas alternativas de subsistência, entre as quais o trabalho informal em contexto de rua. Esta categoria centra-se nas experiências quotidianas dos participantes enquanto trabalhadores informais, explorando as suas rotinas, estratégias e formas de organização do trabalho.

4.1. Rotinas e Horários

A análise das rotinas e horários dos entrevistados revelou um padrão quase transversal marcado por uma lógica orientada para a recompensa imediata e pela ausência de uma organização temporal fixa. Vivem condicionados por um quotidiano direcionado para a garantia de subsistência, distanciando-se de projetos ou expectativas de futuro (Fernandes, 2006), dando origem a uma focalização no presente (Pais, 2001). Distingue-se deste padrão o vigia que, pelas características do seu trabalho, tinha horário fixo e por turnos, aproximando-se de uma lógica laboral mais convencional: *“No Aleixo era das nove da manhã às sete da noite. No PT era igual também, nove às sete. No Viso, depende, havia dois turnos: havia das sete da manhã às duas da tarde, e das duas da tarde às oito da noite. Depois houve uma altura em que abriam também das oito da noite à uma da manhã.”*

Os restantes entrevistados reportam uma inexistência de horários rígidos ou predefinidos, organizado o seu quotidiano laboral em função de diversas condicionantes, como o estado emocional ou o fluxo de clientes: *“É quando me apetece. Às vezes pode ser todos os dias de uma semana, como não vou nenhum dia da semana, como vou só dois dias. É conforme a minha cabeça, o sítio, o tempo, a minha disposição, a receção.”*. Apesar disto, observam-se diferenças significativas entre os três, quer na frequência com que se deslocam ao local de trabalho, quer no momento em que cessam as suas atividades. O arrumador e a trabalhadora sexual orientam-se por um rendimento mínimo necessário e quando este é atingido, a atividade cessa: *“Bom, faço uns troquitos e vou à minha vida.”*; *“Saio à hora que me apetecer; quando eu estiver safa, tiver desenrascado o dinheiro que eu preciso, já não faço mais nada.”*. O artista de rua destaca-se por não definir um objetivo económico, interrompendo a atividade de acordo com a sua disposição e de acordo com a resposta do público: *“Fico o tempo que me apetecer.”*. Isto revela, desde logo, uma relação distinta com o trabalho, dimensão que será aprofundada na subcategoria 5.1. Identificação com o Trabalho.

As rotinas do trabalho informal não decorrem apenas da vontade ou disposição do indivíduo, sendo frequentemente moldadas por fatores externos que escapam ao seu controlo. O arrumador, por exemplo, organiza a sua presença em função dos dias de maior movimento e potencialmente de maior rendimento, assumindo que nesses dias a ausência não é opção: *“Sexta e sábado. Não posso faltar nesses, esses dias são bons.”*. De forma semelhante, mas por razões distintas, a trabalhadora sexual passou a ver a sua atividade noturna condicionada desde que ocupa uma vaga num centro de acolhimento temporário: *“Eu agora não faço, não vou para lá à noite, não posso, tenho que entrar às 19 aqui.”*. Em resposta, reorganizou a sua atividade para o período diurno, adaptando-se às novas condicionantes. Em ambos os casos, a aparente flexibilidade encontra-se frequentemente restringida por condicionantes externas.

Para além da organização temporal, a entrevista com a trabalhadora do sexo revelou uma gestão ativa do risco e desenvolvimento de estratégias de proteção num contexto de elevada vulnerabilidade. Afirma que: *“Regras é não sair dali, da zona de conforto; não ir para longe, principalmente com pessoas que eu nunca vi, que é a primeira vez.”*. A este conjunto de regras alia-se uma intuição desenvolvida pela experiência que tem permitido manter-se segura no contexto de rua, emergindo como agente ativa da sua segurança e contrariando leituras que tendem a reduzir esta população a “vítimas indefesas a necessitar de apoio” (Oliveira, 2014, p.5), sem capacidade de decisão ou autodeterminação.

Parece importante salientar a estrutura organizacional, surpreendentemente definida, que emerge do discurso do vigia, com níveis hierárquicos e funções especializadas no contexto do tráfico: *“Estava um ponto mais acima dos vigias. E depois tinha os que estavam nos sacos, eram um nível mais acima de mim.”*. Esta lógica de divisão e hierarquia aproxima-se das formas de organização do trabalho formal, desafiando a noção de desorganização ou falta de estrutura do trabalho informal.

4.2. Espaço

A relação com o espaço constitui uma dimensão central na organização e no funcionamento do trabalho informal. A análise das entrevistas revela a importância de um espaço reconhecido como próprio para a realização da atividade, sendo notória uma certa territorialidade associada a este. O arrumador trabalha sempre nos mesmos dois parques, cujo “controlo” partilha com outros dois indivíduos, e é claro quanto à exclusividade

destes territórios: *"Se eu estiver, ninguém fica cá."* Esta atitude não decorre de uma lógica agressiva, mas antes de uma estratégia de sobrevivência, como o mesmo explica: *"Este é o nosso ganha-pão. Já estamos aqui há muito tempo e eles não."* De outra forma, e menos rígida, o artista de rua reconhece que chegar primeiro ao local confere direito sobre o espaço, esperando que os outros respeitem esta situação e respeitando-a ele próprio quando a situação se inverte: *"Eu também não me vou pôr aqui a tocar guitarra se já estiver outro."* Esta menor rigidez pode estar associada ao facto de o espaço ocupado pelo artista ser mais central e movimentado, tornando mais difícil o estabelecimento de um "controlo definitivo" sobre esse território. A trabalhadora do sexo apresenta uma posição ainda mais territorial, assumindo que as restantes trabalhadoras já sabem que não podem ocupar aquele espaço, uma vez que este lhe pertence e é o seu local de trabalho: *"Tenho o sítio onde eu costumo estar sempre que elas sabem que ali não podem parar, que é o meu sítio."*

Uma segunda dimensão diz respeito à segurança, ou falta dela, associada ao espaço. Esta dimensão é facilmente observável no discurso da trabalhadora sexual, através de uma comparação espontânea e sistemática entre os diferentes contextos onde já exerceu a sua atividade: rua (atualmente), boates, apartamento e vivenda. Refere o período em que trabalhou na vivenda como o mais agradável, atribuindo ao espaço fechado uma proteção que a rua não oferece (ainda que provavelmente que este não seja o único fator, caso contrário, mencionaria também o apartamento): *"Não estava exposta, tinha as condições, tinha o meu quarto."* Em contrapartida, a rua implica exposição e visibilidade indesejadas: *"Estás exposta a pessoas que te possam conhecer, vizinhos, família."* Mesmo assim, demonstra uma preferência clara pela zona industrial de Ramalde, sobretudo em comparação com a zona do Campo 24 de Agosto (onde também já trabalhou), precisamente devido à maior exposição associada a este último contexto: *"Tem restaurantes, cafés e o caralho, e fecham tarde."* À menor exposição que associa à zona de Ramalde, junta-se também o fator de reconhecimento e familiaridade, o que pode sugerir que este elemento funciona como um mecanismo informal de proteção: *"E toda a gente me conhece. Ali no bairro, conheço toda a gente e toda a gente me conhece e me respeita."*

A entrevista do vigia introduz ainda uma terceira dimensão, associada às características físicas do espaço e à forma como estas condicionam a organização do trabalho. O entrevistado exerceu a sua atividade em diferentes bairros (Aleixo, Pinheiro

Torres, Viso e Francos), mas concentra o seu discurso nos períodos em que trabalhou no bairro do Aleixo e no bairro do Viso. No Aleixo, desempenhava funções na torre 1 (a mais associada ao tráfico), exercendo o controlo nas traseiras do edifício, onde assegurava simultaneamente a vigilância de duas entradas. No Viso, por sua vez, dado que a atividade de tráfico ocorria numa habitação com portão de ferro, o controlo encontrava-se espacialmente concentrado num único ponto, ficando responsável de vigiar a entrada principal e estar atento aos outros vigias que se encontravam mais longe da porta, comunicando diretamente com os indivíduos no interior sempre que se verificava presença policial.

4.3. Rendimento

A análise do rendimento obtido através do trabalho informal revela diferenças significativas entre os entrevistados, desde a estabilidade ao montante. O arrumador descreve um rendimento variável e imprevisível, referindo a existência de dias em que consegue atingir a marca dos vinte euros e dias em que não ultrapassa os cinco. Por outro lado, a trabalhadora do sexo considera o rendimento estável e suficiente: *"É estável. Safo-me sempre."*. Além disto, como realiza uma atividade passiva de negociação, afirma que parte sempre de um valor mais elevado, já antecipando a negociação do cliente: *"Mando o barro à parede: digo 30, para eles darem 20. Menos de 20, não."*. Este comportamento sugere não apenas experiência, mas também uma delimitação ponderada do mínimo que considera aceitável para realizar o serviço.

O caso do vigia introduz uma dimensão distinta, a do rendimento não monetário. O pagamento pelo serviço realizado era maioritariamente feito em droga (cocaína ou heroína), distribuída em momentos fixos ao longo do dia e com uma quantidade adicional no final do turno, designada de "moela": *"Era um saquinho, chamavam-lhe 'moela'. Tinha para aí uma grama ou duas de cocaína e heroína também."*. O pagamento em dinheiro era possível, embora não constituísse uma prática comum: *"Se eu quisesse 10 ou 20 euros, eles davam 10 ou 20 euros e davam o resto em material também."*. O entrevistado refere ainda que os valores variavam em função do nível hierárquico desempenhado, sendo que os indivíduos envolvidos diretamente na venda, "nos sacos", auferiam também uma remuneração superior. O risco surge, assim, como variável determinante no rendimento associado ao tráfico.

4.4. Relação com os Pares

A relação com os pares, neste contexto, revela-se complexa e cheia de nuances, oscilando entre momentos de solidariedade e uma tendência crescente para o individualismo. Um primeiro elemento que emerge dos discursos é a existência de uma rede informal de transmissão de conhecimento, particularmente visível no relato da trabalhadora do sexo. A iniciação na atividade passa por um processo relacional e horizontal em que as mulheres mais velhas, e com mais experiência, orientam as mais novas: *“As pessoas mais velhas, as mulheres mais velhas, ensinavam-me, davam-me conselhos... como fazer com o cliente, o que é que o cliente queria ou gostava.”*. No caso do arrumador, no início do seu percurso é um colega que o guia e lhe cede território: *“Conheci um colega meu, também arrumava aí uns carritos e ele disse 'olha, vem lá para baixo ao pé de mim, tem lá dois parques, quando não estiver lá ninguém, ficas tu'.”*. Em ambos os casos, a entrada na atividade é mediada por um par que partilha o que sabe e o que tem, desde conselhos a espaço.

No que diz respeito à competição e à questão de se esta existe entre pares, os discursos tendem a negá-la ou minimizá-la. Apesar disto, a territorialidade (já abordada em 1.2. Espaço) surge de modo implícito: cada um tem o seu espaço e os seus clientes, não existindo grande abertura para sobreposições. Ainda assim, a competição não se manifesta de forma conflitual, mas antes como uma prática natural e habitual. Nesta linha, importa salientar a preferência racional e ponderada da trabalhadora sexual por trabalhar de forma autónoma, uma vez que, em contexto coletivo, se vê obrigada a disputar os mesmos clientes com outras trabalhadoras, reduzindo a probabilidade de ‘ser escolhida’: *“Ficas ali naquela, quem é que ele vai escolher? Se ele optar por ela, fico eu sem o dinheiro.”*. A opção pelo trabalho em grupo surge implicitamente motivada por razões de segurança e proteção.

Por fim, e analisando a entrevista do vigia, entende-se uma transformação da dinâmica entre pares, relembrando um passado de partilha que contrasta com um presente de individualismo: *“É um bom convívio. Agora já não é tanto, antigamente é que era. Mais união. Ninguém ressacava. Se eu estivesse a consumir e alguém chegasse ao pé de mim mal, eu pegava e dava. E depois noutra altura se eu estivesse mal, dava-me ele a mim. (...) Agora não.”*.

4.5. Relação com os Clientes

A relação com os clientes emerge, nos discursos, como um fator central na experiência quotidiana destes indivíduos, estruturando e atribuindo sentido à atividade desempenhada. Praticamente todos os participantes referem a existência de clientes habituais com quem já estabeleceram algum tipo de relação e com quem interagem frequentemente. No caso da trabalhadora sexual, esta refere ter clientes de longa data, destacando um com quem mantém interação há mais de 15 anos. Estes clientes habituais surgem como fonte de estabilidade e segurança: *“E às vezes o que me safa são mesmo esses. Quando está a correr mal eles ligam ou aparecem.”*. No caso do arrumador, as interações com os clientes já conhecidos simplificam o seu trabalho: *“Já há pessoas conhecidas, que vêm sempre, já nos dão, a gente já nem precisa de se preocupar tanto.”*. Em ambos os casos, as relações de confiança estabelecidas atenuam a imprevisibilidade inerente às atividades realizadas e funcionam como uma espécie de “pausa” relativamente ao estado permanente de atenção que estas ocupações exigem.

A relação com os clientes acaba também por assumir uma componente identitária que vai para além da transação económica. O artista de rua refere, bem-disposto, os momentos em que é abordado pela qualidade da sua música e reconhecido pelos clientes, sendo perceptível a relevância que estes assumem para o mesmo: *“Às vezes nem vejo as pessoas a passar e dizem 'boa tarde, a música é muito bonita.'”*; *“Tenho pessoal que já me conhece, que diz 'eu lembro-me de ti', é uma cena muito boa, começa a ganhar interação com as pessoas.”*.

Importa também salientar a distinção entre um bom e um mau cliente, imagem construída a partir da experiência e que se organiza em torno de critérios muito práticos. Para a trabalhadora do sexo, esta distinção assenta principalmente na duração do serviço e na forma como o cliente interage: *“Um mau cliente é um cliente que demora tempo e que fala palavras porcas. Tudo bem que é só naquele momento, e todos eles pedem-me desculpas e perguntam se podem: eu digo que sim, mas dá-me vontade de rir, por causa dos nervos.”*. É perceptível o desconforto associado a este tipo de interação e de pedidos, sendo evidente que, embora a entrevistada acabe por “aceitar” no contexto da prestação do serviço, não se sente verdadeiramente confortável perante os mesmos.

5. Experiência Viva

A análise das entrevistas evidenciou aspetos centrais da experiência viva pelos participantes no contexto do trabalho informal. Esta categoria centra-se nas suas narrativas e na forma como percebem e atribuem significado à atividade que desempenham.

5.1. Identificação com a Atividade

Os excertos analisados nesta categoria revelam um espectro largo de identificação com a atividade profissional, desde a paixão plena até à aceitação pragmática. Esta diversidade de atitudes perante o trabalho informal permite inferir e analisar o tipo de relação que estes indivíduos constroem com a atividade e o sentido que lhe atribuem.

Iniciar esta análise a partir do relato do artista de rua implica situá-la num dos extremos do espectro de identificação com a atividade profissional, marcado por uma forte centralidade desta dimensão na vida do indivíduo. O entrevistado afirma que, por estar tão envolvido na atividade e apreciar tanto o que faz (*"Gosto. Amo."*), percebe o trabalho dissociado da ideia de esforço: *"Parece que não trabalho, que não faço nada, mas todos os dias trabalho."* Este prazer, associado ao exercício da atividade, acaba também por conferir uma condição de permanência na mesma (*"Se não estiver a gostar, eu vou-me embora."*), revelando o afastamento de uma lógica estritamente racional ou instrumental e evidenciando uma orientação predominantemente voltada para a sensação de realização pessoal: *"Nem é o dinheiro, é mais a minha cena."* Além disso, evidencia a aspiração de construir um percurso profissional que não implique a atuação na rua como forma de rendimento: *"Eu quero é gravar uma cena e já não precisar de pedir uma moeda, as pessoas vão ouvir e se quiserem, compram, se não quiserem, não compram."*

No caso do arrumador e do vigia, as respostas à questão "Gosta do que faz?" revelam uma identificação menos intensa com a atividade quando comparadas com o relato do artista de rua, embora permaneçam globalmente positivas. O arrumador afirma: *"Gosto. Lá está, prefiro estar aqui do que andar por aí. Uma pessoa começa a gostar também disto, começa a conhecer as pessoas. É diferente. Uma pessoa começa a ter afinidade com algumas pessoas. É diferente. Mas gosto."* O discurso evidencia que a satisfação associada à atividade decorre, sobretudo, das relações interpessoais e do sentimento de pertença construído no contexto laboral, mais do que de uma realização

intrínseca da própria função. Por sua vez, o vigia refere: *“Gostava. Embora às vezes surgissem sempre problemas, nesse mundo surgem sempre problemas, mas fora isso.”*.

Para a trabalhadora do sexo, a identificação com a atividade e a apreciação da mesma surgem condicionadas por múltiplas variáveis. A resposta inicial à questão “Gosta do que faz?” é imediata e negativa (*“Não, claro que não.”*), mas é rapidamente reformulada: *“Depende da pessoa, do cliente, depende do meu estado de espírito, depende de muita coisa.”*. Esta incerteza e oscilação de resposta revelam uma identificação fragmentada com a atividade e uma atitude que varia consoante as circunstâncias.

Em síntese, esta subcategoria evidencia que, no contexto do trabalho informal, os sujeitos atribuem diferentes sentidos à atividade que praticam e que é importante perceber em que condições essa identidade se constrói ou se fragmenta.

5.2. Reconhecimento Social

Num contexto onde todos os indivíduos se situam à margem do trabalho formal e, em alguns casos, da própria legalidade, os discursos retirados das entrevistas permitem compreender como experienciam, ou não, o reconhecimento social das suas atividades.

No caso do arrumador e da trabalhadora sexual, o desejo de reconhecimento social positivo tenta ser alcançado através de um mecanismo de diferenciação interna do grupo, isto é, pela tentativa de se distinguirem dos restantes pares como forma de alcançar legitimidade e respeito. No discurso do arrumador, esta lógica manifesta-se de forma particularmente explícita através da valorização de uma conduta que considera distinta da dos outros indivíduos que desempenham a mesma atividade. O entrevistado sublinha que não pede dinheiro diretamente aos clientes, que adota uma postura educada e que procura auxiliar os condutores tanto na entrada como na saída do parque. Esta diferença de atuação, que leva à validação por parte dos clientes, contribui para a construção de uma posição e identidade simbolicamente distinta da dos pares, algo que se esforça para manter. Além disto, afasta-se ou tenta afastar-se da noção preconcebida de que os arrumadores são todos “toxicodependentes” e que só realizam esta atividade de forma a obter dinheiro para comprar droga: *“Muitos é por causa da droga, mas eu não é pela droga; fumo, não vou dizer que não, mas não estou aqui por causa da droga. É para ter alguma coisa para me entreter.”*. No discurso da trabalhadora sexual, está presente a mesma lógica, ainda que de forma mais implícita. A entrevistada sugere que o respeito de

que beneficia resulta da adoção de determinadas convenções sociais e culturais que, na sua perspetiva, não são respeitadas pela maioria dos seus pares: *“Sou respeitada. (...) Depende do aspeto, o aspeto conta muito: o saber falar, o saber estar.”*. A conformidade com determinados códigos de apresentação, comportamento e interação social surgem, assim, como mecanismos de distinção. O reconhecimento social não é, desta forma, alcançado através da valorização da atividade em si ou da forma como esta é desempenhada, mas antes pela construção de uma identidade distinta da do grupo.

Na análise do discurso do artista de rua, entende-se que o reconhecimento social é vivido de forma mais complexa e pessoal. Aborda o reconhecimento pelos pares como algo que o auxilia em momentos de dificuldade, funcionando quase como uma âncora: *“E isso vai-me ajudando a contornar, por exemplo, esta situação. Estou todo fodido, mas tomo a metadona, como qualquer coisa, bebo e vou outra vez à carga.”*.

5.3. Estigma e Violência

Quando questionados acerca de possíveis episódios de estigma sofridos, a maioria dos entrevistados nega estas experiências de forma quase imediata e categórica. Esta negação pode ser interpretada de duas formas distintas: como reflexo efetivo da ausência destas vivências ou, alternativamente, como um mecanismo de proteção.

Em contrapartida, o artista de rua distingue-se pelo modo aberto e detalhado com que narra o estigma de que é alvo, descrevendo formas subtis de exclusão que se manifestam no seu quotidiano, através de atitudes como a recusa de proximidade e olhares: *“De preconceito, sim, e de discriminação e exclusão, todos os dias. Eu não reclamo, mas sinto e percebo os olhares das pessoas, a não se sentarem à minha beira, a passarem de lado e a olhar. Não ligo já, mas antes ligava.”*. Esta afirmação evidencia um processo de habituação que não deve ser confundido com indiferença ou dessensibilização. Trata-se antes de um mecanismo adaptativo, desenvolvido em resposta a uma condição que o próprio já reconheceu e aceitou como inerente à sua experiência social.

No que diz respeito a possíveis episódios de violência, a tendência mantém-se. A trabalhadora sexual afirma nunca ter sofrido qualquer tipo de violência, introduzindo de imediato uma lógica de responsabilização das próprias trabalhadoras pelos riscos que correm, um raciocínio de culpabilização da vítima que retira a responsabilidade ao agressor ou à agressora: *“Mas elas também se põem a jeito, roubam os clientes, depois*

não querem que lhes aconteça nada, é óbvio.”. Nesta linha, o vigia não descreve especificamente momentos de violência, mas sim um ambiente marcado pela mesma, desde a violência policial até à violência entre traficantes: *“Havia sempre violência ali.”*.

Considerações Finais

O presente estudo procurou compreender o papel das ocupações e formas de trabalho desenvolvidas em contexto de rua por pessoas em situação de sem abrigo e consumidoras de substâncias psicoativas, explorando, igualmente, a forma como estas atividades se articulam com as trajetórias de consumo e os significados que lhes são atribuídos.

O trabalho informal emerge, nesta investigação, como algo que ultrapassa uma mera fonte de rendimento, desafiando as fronteiras convencionais do conceito de trabalho e do que é socialmente reconhecido como tal. Embora frequentemente enquadradas como marginais ou desviantes, as atividades realizadas pelos participantes revelaram-se espaços de organização temporal, de construção de relações e de produção de sentido. Desta forma, os resultados obtidos parecem questionar a tendência de associar a situação de sem abrigo a uma condição de passividade e ociosidade e, pelo contrário, demonstram uma mobilização de conhecimentos, estratégias e recursos para o contexto de vulnerabilidade onde as realizam.

As narrativas dos participantes demonstram que as ocupações em contexto de rua ultrapassam a sua dimensão estritamente instrumental, constituindo também espaços de pertença, reconhecimento social e construção identitária. O investimento pessoal verificado nestas atividades sugere que, ainda que com níveis de identificação distintos entre os participantes, o trabalho informal pode assumir um papel relevante na preservação da autoestima e na manutenção de um sentido de agência sobre a própria vida.

Os resultados evidenciam ainda que a relação entre trabalho informal, consumo de substâncias e situação de sem abrigo não deve ser interpretada através de perspetivas lineares ou causais. Embora os consumos constituam um elemento central em todos os relatos, estes encontram-se inseridos em trajetórias de vida mais amplas, marcadas por perdas afetivas, períodos de institucionalização e ruturas familiares.

Importa reconhecer as limitações desta investigação, nomeadamente a reduzida dimensão da amostra e a sua homogeneidade em termos de sexo dos participantes, reforçando a importância de investigações futuras com amostras mais heterogêneas e representativas, integrando dimensões como a etnia e a classe social.

Em suma, o presente estudo permitiu dar visibilidade a experiências de trabalho frequentemente marginalizadas, revelando que, mesmo em contextos marcados pela exclusão e pela vulnerabilidade, os indivíduos constroem formas de participação social e produção de significado.

Referências Bibliográficas

- Aldeia, J. (2012). Investigar o fenómeno dos sem-abrigo. Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, 133–154. <https://doi.org/10.4000/rccs.4964>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (4th ed.). Edições 70
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-amor sem-abrigo*. Climepsi.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology, *Qualitative Research in Psychology*, 3:2, 77-101, DOI: 10.1191/1478088706qp063o
- Carapinha, L. (2025). *Consumo problemático de canábis*. Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências. <https://doi.org/10.71665/90WZ-CE07>
- Cardoso, L., & Malbergier, A. (2014). A influência dos amigos no consumo de drogas entre adolescentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 31(1), 65–74.
- Castro, T., Abs, D., Sarriera, J. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 4, p. 814–825.
- Cohen, S. (2002). *Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers* (3rd ed.). Routledge.
- Costa, A. (1998). *Exclusões sociais*. Gradiva.
- Czarnowski, S. (2016). Redundant people in the service of violence. *Acta Poloniae Historica*, 114, 291–306. <https://doi.org/10.12775/APH.2016.114.10>
- Domoslawski, A., & Capaz, N. P. (2011). *Política da droga em Portugal: Os benefícios da descriminalização do consumo de drogas*. Open Society Institute.
- Doorn, L. (2010). Perceptions of time and space of (formerly) homeless people. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 20, 218–238.
- DuPont, R. (1987). Prevention of adolescent chemical dependency. *Pediatric Clinics of North America*, 34(2), 495–505.
- Edelman, M. (1988). *Constructing the political spectacle*. University of Chicago Press.
- ENIPSSA. (2018). *Conceito pessoa em situação de sem-abrigo* [Folheto]. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Folheto+->

+Conceito+peessoa+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+Sem-Abrigo/762ee66a-a982-4cc8-9745-b262bfb4cb2a

Fernandes, L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos: Etnografia das drogas numa periferia urbana* (Tese de doutoramento). Universidade do Porto.

Fernandes, L., & Carvalho, M. (2000). Por onde anda o que se oculta: O acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método snowball. *Toxicodependências*, 6(3), 17–28.

Fernandes, L., & Pinto, M. (2004). El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. *Monografías Humanitas*, 5, 147–162.

Fernandes, L. (2011). Do estereótipo à visão fenomenológica: análises sobre o agarrado. *Toxicodependências*, 17(1), 17–31.

Fernandes, L., & Araújo, T. (2012). Trabalhos de margem no centro da urbe: O arrumador de automóveis. *Etnográfica*, 16(1), 5–30.

Fernandes, L. (2015). Questionar a dicotomia normal-desviante: O empreendedorismo de margem dos arrumadores de automóveis. In G. Eilat, C. Esche, M. Burmester, & R. Nicolau (Eds.), *Como (falar sobre) coisas que não existem*. Fundação de Serralves.

Fernandes, M. (2006). “Fechados no Silêncio: Os Sem-Abrigo”. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Porto.

Flick, U., Von Kardorff, E., & Steinke, I. (2004). *A companion to qualitative research* (1.^a ed.). SAGE

Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias* (S. Muchail, Trad.). n-1 Edições.

Garnier-Muller, A. (2000). *Les inutiles: Survivre en banlieue et dans la rue*. Éditions de l’Atelier.

Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Prentice Hall.

Hardill, K. (2019). That look that makes you not really want to be there: How neoliberalism and the war on drugs compromise nursing care of people who use substances. *Witness: The Canadian Journal of Critical Nursing Discourse*, 1(1), 13–27.

Jones, L., McVeigh, J., Syed, Q., & Bellis, M. (2010). *CUT: A guide to adulterants, bulking agents and other contaminants found in illicit drugs*.

- Livingston, J. D., Milne, T., Fang, M. L., & Amari, E. (2012). The effectiveness of interventions for reducing stigma related to substance use disorders: A systematic review. *Addiction*, 107, 39–50. <https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.2011.03601.x>
- Lombardi, M., de Paula, M., Monteiro, M., & Wada, M. (2021). A entrevista semiestruturada. O prazer da entrevista em pesquisas qualitativas, 35.
- Matias, M., & Fernandes, L. (2009). Desarrumar o medo... O arrumador de carros como figura do medo na cidade. *Toxicodependências*, 15(3), 9–22.
- Mendel, M. (2011). Heterotopias of homelessness: Citizenship on the margins. *Studies in Philosophy and Education*, 30, 155–168.
- Menezes, F. (2008). *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: O caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres* (Tese de doutoramento). ISCTE.
- Menezes, F. (2012). *Percursos sem-abrigo: Histórias das ruas de Paris, Lisboa e Londres*. Mundos Sociais.
- Muncan, B., Walters, S., Ezell, J., & Ompad, D. (2020). “They look at us like junkies”: Influences of drug use stigma on the healthcare engagement of people who inject drugs in New York City. *Harm Reduction Journal*, 17, 53. <https://doi.org/10.1186/s12954-020-00399-8>
- Neto, C., Fraga, S., & Ramos, E. (2012). Consumo de substâncias ilícitas por adolescentes portugueses. *Revista de Saúde Pública*, 46, 808–815.
- Nogueira, S., & Ferreira, J. (2007). A realidade psicossocial dos sem-abrigo: Breve contributo para a sua caracterização. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 195–205.
- Oliveira, A. (2004). Prostituição, exclusão e violência: estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua. In II congresso internacional de investigação e desenvolvimento sócio-cultural.
- Pais, J. (1993). “A contextualização sociológica pela via do quotidiano”, in Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, pp. 519 531
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Ambar.

- Pais, J. M. (2006). *Nos rastros da solidão: Deambulações sociológicas*. Ambar.
- Paquette, C., Syvertsen, J., & Pollini, R. (2018). Stigma at every turn: Health services experiences among people who inject drugs. *International Journal of Drug Policy*, 57, 104–110. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2018.04.004>
- Pinto, T., & Gonçalves, A. (2000). Os bairros sociais vistos por si mesmos: Imagens, conflitualidades e insegurança. *CIDADES: Comunidades e Territórios*, 1.
- Rêgo, X., Oliveira, M., Lameira, C., & Cruz, O. (2021). 20 years of Portuguese drug policy—Developments, challenges and the quest for human rights. *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy*, 16, 59. <https://doi.org/10.1186/s13011-021-00394-7>
- Rey, F. (1997). Epistemología Cualitativa y subjetividad. *La Habana: Pueblo y Educación*.
- Riggins, S. (1997). The Language and Politics of Exclusion: Others in Discourse.
- Rocha, A., Coelho, J., Casarin, J., Oliveira, K., Sousa, B., Carvalho, G., Gonçalves, C., & Santos, E. (2025). Substâncias adulterantes em drogas de abuso: Impactos toxicológicos e desafios da química forense. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 18, e22397. <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.11-258>
- Romaní, O. (1997). Etnografía y drogas: discursos y prácticas. *Nueva Antropología*, XVI(53), 39–66.
- Romaní, O. (2008). Políticas de drogas: prevención, participación y reducción del daño. *Salud Colectiva*, 4, 301–318.
- Rose, C., Pickard, A., Kulbokas, V., Hokerfa, S., Friedman, K., Epstein, J., & Lee, T. (2023). Qualitative assessment of key considerations for drug checking service implementation. *Harm Reduction Journal* 20, 151. <https://doi.org/10.1186/s12954-023-00882-y>men
- Silvestre, A., & Fernandes, L. (2014). Trabalho e processos de marginalização social no século XXI. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 27, 27–44.
- Singer, M., & Page, J. (2014). *The social value of drug addicts: Uses of the useless*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315417172>

- Socia, K., Stone, R., Palacios, W., & Cluverius, J. (2021). Focus on prevention: The public is more supportive of “overdose prevention sites” than they are of “safe injection facilities.” *Criminology & Public Policy*, 20, 729–754. <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12566>
- Somerville, P. (2013). Understanding homelessness. *Housing, Theory and Society*, 30(4), 384–415. <https://doi.org/10.1080/14036096.2012.756096>
- Spindola, T., & Santos, R. (2003). Trabalhando com a história de vida: Percalços de uma pesquisa(dora?). *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 37(2), 119-126. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014>
- Taylor, S. (2016). Moving beyond the other: A critique of the reductionist drugs discourse. *Cultuur & Criminaliteit*, 6(1), 100–118.
- Valentim, A. (2000). O campo da droga em Portugal: medicalização e legitimação na construção do interdito. *Análise Social*, 34(153), 1007–1042.
- Van der Linden, M. (2016). O conceito marxiano de proletariado: uma crítica. *Sociologia & antropologia*, 6(1), 87-110.
- U.S. Centers for Disease Control and Prevention. (2024). Polysubstance Use Facts <https://www.cdc.gov/stop-overdose/caring/polysubstance-use.html>
- Wacquant, L. (2008). *Urban outcasts: A comparative sociology of advanced marginality*. Polity Press.

Anexos

Anexo 1 – Guião de Entrevista (Vigia)

1. Dados sociodemográficos

- Sexo
- Idade
- Escolaridade

2. Trajetória de rua e consumos

- Como iniciou o seu percurso de consumo de substâncias?
- Desde quando é que se encontra em situação de sem abrigo?

3. Trabalho de rua

- Sei que foi vigia, como surgiu essa oportunidade?
- Como costumavam ser os horários? Tinha horários definidos?
- Onde costumava passar mais tempo enquanto vigiava?
- Como era a relação com as pessoas com quem trabalhava?
- O que fez com que abandonasse a atividade?

4. Perguntas comuns

- Como descreveria um dia normal de trabalho?
- Existiu algum episódio que o marcou particularmente?
- Já viveu algum episódio de violência associado a esta atividade? Quais são os principais riscos?
- Sente algum tipo de preconceito pelo que faz? O que gostava que as pessoas soubessem ou compreendessem sobre este trabalho?
- Sente que aquilo que faz é visto como ‘trabalho’?
- Gosta do que faz?

Anexo 2 – Guião de Entrevista (Trabalhadora do Sexo)

1. Dados sociodemográficos

- Sexo
- Idade
- Escolaridade

2. Trajetória de rua e consumos

- Como iniciou o seu percurso de consumo de substâncias?
- Desde quando é que se encontra em situação de sem-abrigo?

3. Trabalho de rua

- Sei que faz trabalho do sexo, quando é que o começou a fazer?
- Teve orientação no início? Algum tipo de mentor ou pessoa que a ajudou?
- O que distingue um "bom" de um "mau" cliente?
- Sei que já o fez em contexto de apartamento e em contexto de rua, dá preferência a algum? Quais são as principais diferenças?
- O rendimento é estável ou vai variando?
- Entre quem faz este trabalho sente que existe competição ou cooperação?

4. Perguntas comuns

- Como descreveria um dia normal de trabalho?
- Existiu algum episódio que o marcou particularmente?
- Já viveu algum episódio de violência associado a este trabalho? Quais são os principais riscos?
- Sente algum tipo de preconceito pelo que faz? O que gostava que as pessoas soubessem ou compreendessem sobre este trabalho?
- Sente que aquilo que faz é visto como ‘trabalho’?
- Gosta do que faz?

Anexo 3 – Guião de Entrevista (Arrumador de Carros)

1. Dados sociodemográficos

- Sexo
- Idade
- Escolaridade

2. Trajetória de rua e consumos

- Como iniciou o seu percurso de consumo de substâncias?
- Desde quando é que se encontra em situação de sem abrigo?

3. Trabalho de rua

- Como começou a trabalhar como arrumador?
- Trabalha sempre no mesmo local?
- Quais são os períodos do dia ou da semana em que não prescinde de estar cá?
- O que é preciso para ser um ‘bom’ arrumador?
- Existem regras entre vocês (território, horários, etc)?
- Trabalha sempre sozinho?
- O rendimento é estável ou vai variando?

4. Perguntas comuns

- Como descreveria um dia normal de trabalho?
- Existiu algum episódio que o marcou particularmente?
- Já viveu algum episódio de violência associado a este trabalho? Quais são os principais riscos?
- Sente algum tipo de preconceito pelo que faz? O que gostava que as pessoas soubessem ou compreendessem sobre este trabalho?
- Sente que aquilo que faz é visto como ‘trabalho’?
- Gosta do que faz?

Anexo 4 – Guião de Entrevista (Artista de Rua)

1. Dados sociodemográficos

- Sexo
- Idade
- Escolaridade

2. Trajetória de rua e consumos

- Como iniciou o seu percurso de consumo de substâncias?
- Desde quando é que se encontra em situação de sem abrigo?

3. Trabalho de rua

- Antes de estar na rua já fazia música ou arte de alguma forma?
- Considera a música o seu trabalho?
- Como são os seus horários? Tem uma rotina?
- Onde atua normalmente? É sempre no mesmo sítio ou vai variando?
- Tem alguma relação com outros artistas de rua?
- O rendimento é estável ou vai variando?

4. Perguntas comuns

- Como descreveria um dia normal de trabalho?
- Existiu algum episódio que o marcou particularmente?
- Já viveu algum episódio de violência associado a este trabalho? Quais são os principais riscos?
- Sente algum tipo de preconceito pelo que faz? O que gostava que as pessoas soubessem ou compreendessem sobre este trabalho?
- Sente que aquilo que faz é visto como ‘trabalho’?
- Gosta do que faz?

Anexo 5 – Grelha de Análise Temática

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Elementos Biográficos		Referências ao percurso de vida do indivíduo, situação habitacional, percurso profissional anterior à atividade informal, perdas afetivas e ruturas familiares, acontecimentos marcantes de vida: indicadores biográficos relevantes para contextualizar a trajetória do sujeito.
Trajetória dos Consumos	Início dos Consumos	Referências à primeira experiência de consumo de substâncias; idade de início; contexto e motivações do primeiro consumo; tipo de substância e de consumo; percepções iniciais.
	Evolução do Padrão de Consumo	Referências à progressão e alterações nos padrões de consumo ao longo do tempo; alterações nos tipos de substâncias e na via de administração; períodos de abstinência e recaídas; qualidade das substâncias.
Circunstâncias e Motivações de Entrada na Atividade		Referências às motivações e fatores habitacionais, sociais, económicos e/ou relacionais que levaram à entrada na atividade.
Quotidiano Laboral	Rotinas e Horários	Descrição das rotinas diárias associadas à atividade; horários praticados; frequência da atividade; gestão do tempo associada a fatores externos; estratégias de proteção e gestão do risco; organização e estrutura da atividade.
	Espaço	Referências aos locais onde a atividade é exercida; territorialidade; características dos espaços físicos; condições de trabalho; preferência pela mobilidade ou fixação geográfica; percepção de segurança no espaço de trabalho; preferências de certos espaços.
	Rendimento	Referências à vertente económica da atividade; variações de rendimento, desde a estabilidade até o montante; rendimento não monetário; o risco como variável determinante associada ao rendimento.
	Relação com os Pares	Referências às relações estabelecidas com pares que realizam a mesma atividade; dinâmicas de cooperação e/ou competição.
	Relação com os Clientes	Referências às relações estabelecidas com os clientes; clientes habituais; natureza das relações; distinção entre bom e mau cliente.
Experiência Vivida	Identificação com a Atividade	Referências aos significados atribuídos à atividade; graus de identificação e satisfação com o trabalho; percepção da atividade.
	Reconhecimento Social	Referências à percepção de valorização ou reconhecimento por parte de outros; mecanismos de diferenciação interna do grupo; sentimentos de utilidade social e afastamento de concepções negativas associadas às atividades e a quem as pratica.
	Estigma e Violência	Referências a experiências de discriminação, violência e exclusão associadas à atividade; estratégias de gestão.